

2022

# ATIVIDADES PRÁTICAS SUPERVISIONADAS Direito Tributário

AUTORES:

ANELIESE DE CASTRO CARLOS

ADRIANO RODRIGUES

DANIELE SILVA RODRIGUES

LUIZA MONIQUE DE CASTRO FARIA

RICARDO SILVA

STHEFANO BRUNO SANTOS DIVINO

NEREO WILKER VICENTE



D598 Direito tributário- Desafio prático [Recurso eletrônico] / André de Lima Salgado... [et al]. -- Lavras: Unilavras, 2022  
(E-book 4 p.) ; 43 kb (Pdf).

Inclui bibliografia.  
ISBN. 978-85-67895-38-3

Outro autores: Adriano Rodrigues, Aneliese de Castro Carlos, Daniele Silva Rodrigues, Luiza Monique de Castro Faria, Ricardo Carvalho Silva, Sthéfano Bruno Santos Divino, Nereo Wilker Vicente.

1. Contabilidade. 2. Direito. 3. Trabalhista. I. Salgado, André de Lima.  
II. Título.

CDD 340

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE LAVRAS

Curso de Ciências Contábeis

ADRIANO RODRIGUES

DANIELE SILVA RODRIGUES

LUIZA MONIQUE DE CASTRO FARIA

RICARDO SILVA

STHEFANO BRUNO SANTOS DIVINO

NEREO WILKER VICENTE

Atividade Prática Supervisionada – Empreendedorismo Contábil

UNILAVRAS

2022

## I. Introdução

As Atividades Práticas Supervisionadas (ATPS) são atividades organizadas na forma de desafios, com o objetivo de desenvolver as competências e habilidades previstas no perfil do profissional egresso de cada curso. As ATPS atendem à Resolução Parecer CES/CNE nº 776/97, de 03/12/1997, que estabelece as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação e assegura: a flexibilidade e a ampla liberdade na composição da carga horária a ser cumprida para a integralização do currículo, assim como na especificação das unidades de estudos.

As ATPS têm como objetivo ampliar a formação e a vivência acadêmica dos alunos, favorecendo práticas de autoaprendizagem e autoestudo. Elas privilegiam:

- I. Estimular a corresponsabilidade do aluno pelo seu aprendizado eficiente e eficaz;
- II. Promover o estudo, a convivência e o trabalho em grupo;
- III. Aplicar as teorias e conceitos na solução de problemas relativos à profissão;
- IV. Direcionar o estudante para a emancipação intelectual;
- V. Oferecer diferentes ambientes de aprendizagem.

## II. Disciplina

**EMENTA:** Justiça Fiscal e Políticas Públicas Tributárias. Sistema Tributário Nacional. Fontes, Princípios e Competências no Direito Tributário. Imunidades Tributárias. Sujeitos da Obrigação Tributária. Espécies de Tributos. Impostos em Espécie. Obrigação, responsabilidade e crédito tributário. Suspensão e extinção do crédito tributário. Tópicos Especiais em Regimes de Tributação Diferenciados.

**OBJETIVOS:** Ao final do curso, você será capaz de: 1) Compreender o funcionamento do sistema tributário brasileiro; 2) Analisar e verificar a legalidade de cobrança de um tributo; e3) Estabelecer mecanismos eficientes de gestão tributária para impostos municipais, estaduais e federais

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Código Tributário Nacional; Sujeitos da obrigação tributária; Responsável tributário; Constituição do crédito tributário; Suspensão do crédito tributário; Extinção e exclusão do crédito tributário; Processo administrativo fiscal; Espécies tributárias; Quadro de análise de impostos; Enquadramento tributário; IRRF – Imposto de renda retido na fonte; Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas; Lucro arbitrado: conceito e apuração; Lucro Presumido: apuração e escrituração; Lucro real e compensação de prejuízos; Lucro real: apuração do IRPJ e da CSLL; Elisão Fiscal como forma de planejamento

tributário; Elisão fiscal: procedimentos contábeis; Simples Nacional: apuração e escrituração; Impostos Municipais, Estaduais e Federais.

### **III. Desafio Prático (Inserir a Exercício – passo a passo, o objetivo do exercício)**

Sabendo que o ISS é um imposto de competência dos Municípios (quanto ente federativo):

1) Escolha um tipo de prestação de serviços (Exemplos: Serviços de informática; Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo; Serviço de pesquisa de opinião pública; etc).

2) Após, faça uma pesquisa em dois municípios de MG verifique a alíquota de ISS em cada um deles (insira a fonte). Caso a fonte não seja citada, a questão não será pontuada.

3) Indique como uma empresa/prestador de serviços poderá aproveitar dessa diferença de alíquota para realizar seu planejamento tributário.

4) Quanto ao prestador de Serviços, supondo que o valor cobrado é de R\$5.000,00 pelo serviço prestado/realizado, quais os cálculos que a empresa deverá fazer para realizar o pagamento mediante Recibo de Pagamento Autônomo (RPA)? Em outros termos, qual o valor líquido que o prestador de serviços irá receber? Indique de forma específica quais impostos e qual o valor de cada um deles irá incidir nesse RPA.

### **IV. Bibliografia (Inserir da disciplina e do exercício)**

CAPARROZ, Roberto. Direito Tributário: Coleção Esquemático. 6 ed. São Paulo: SaraivaJur, 2022.

NOVAIS, Rafael. Direito Tributário Facilitado. 6 ed. Rio de Janeiro: Método, 2022.

SABBAG, Eduardo. Direito Tributário Essencial. 8 ed. Rio de Janeiro: Método, 2021.